

# Entrevista Coletiva\*

## Professor Edmundo Fernandes Dias

*O Dossiê Autonomia traz também uma entrevista de Edmundo Fernandes Dias, concedida no dia 20 de Maio de 1999. Sociólogo e professor da UNICAMP, Edmundo Dias falou das Universidades Brasileiras apoiado numa trajetória militante que acompanhou a história da educação pública nos últimos 40 anos. Questões polêmicas são retomadas, como a relação entre movimentos sociais e Universidades, e sindicalismo e independência de classe. Com uma fala radical, sem perder a ternura e o horizonte do diálogo com os pares, seu olhar capta a pluralidade de agentes sociais que disputam a Universidade, fazendo uma clara opção pelos trabalhadores e alertando, a partir de sua experiência, para a necessidade da mobilização popular como estratégia principal no combate ao neoliberalismo. Centrado na questão da Autonomia Universitária, seu depoimento é ao mesmo tempo uma crítica mordaz ao capitalismo e um chamado urgente à constituição de uma resistência popular que barre a privatização das Universidades Públicas.*

**Fronteiras:** *Como primeira questão, eu pediria que você nos contasse um pouco da história da Universidade Pública brasileira, na medida em que ela coincide também com boa parte da história de sua vida.*

**Edmundo:** A universidade brasileira é criada em 1922, de uma maneira muito interessante. Ela é criada para dar o título de doutor *Honoris Causa* ao Rei da Bélgica, que visitava o Brasil na época do Centenário da Independência. Ela não nasceu de um movimento orgânico das faculdades para se transformarem em universidades. Eu queria, primeiramente, marcar a idéia de que a Universidade de São Paulo foi criada na perspectiva de dar às oligarquias paulistas uma nova direção; criar um conjunto de intelectuais, técnicos e administradores para fazer frente à derrota que sofreram com o movimento de 1930. Ela surge nesse momento e com um alto investimento, com a presença de professores franceses (vários deles são famosos até hoje no Brasil): Lévi-Strauss, Roger Bastide e, também, com a presença de alguns americanos. Mas, na realidade, essa Universidade, tal como nós a conhecemos, só vai se generalizar nos anos 50. Eu quero marcar também seu primeiro grande momento, que foi a luta da UNE pela reforma universitária, nos anos 60. Qual era a universidade que nós tínhamos naquele

---

\* Entrevista realizada em 20 de maio de 1999, no *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Participaram da entrevista os Professores: Antônio de Pádua Bosi, Carla Luciana Silva, Dilma Andrade de Paula, Gilberto Grassi Calil, Paulo José Koling, Robson Laverdi, Valdemir José Sonda e Vilma Mota Quintela, todos da UNIOESTE, e o Professor José Mário Angelli, da UEL. A entrevista coletiva pode ser consultada em sua íntegra, tanto transcrita como em áudio, no acervo do CEPEDAL.

momento? Nos tínhamos uma universidade que era primeiro uma articulação de escolas soladas. As universidades não fluem como um movimento autônomo, mas surgem como um ajuntamento de escolas isoladas. Nós temos faculdades isoladas desde o século passado, como a Escola de Direito no Recife e a Escola de Medicina no Rio e, a partir dos anos 30, elas vão se juntando. A carreira universitária, nesse momento, era assim: tinha um dono da cátedra, e ele nomeava seus assistentes. Nesse momento predominava uma universidade basicamente bacharelesca e sem maiores incentivos à pesquisa. Ela predominou até os anos 60. Nos anos 60, então, nós nos defrontamos com as lutas da UNE pela reforma universitária. O modelito que a UNE propunha, naquela época, era um modelito americano: com o fim da cátedra; com o estabelecimento da estrutura departamental; com o concurso público, não mais dependendo da vontade do catedrático; e, fundamentalmente, com a idéia de uma paridade em seus órgãos e na forma de eleições de seus dirigentes. E a universidade se torna um centro de agitação política, porque coincidentemente com esse período, e principalmente entre 1956 e 1964, ganha corpo uma ideologia no Brasil que é a ideologia desenvolvimentista, que está associada ao nome de Juscelino. Tinha um organismo especial do Estado para desenvolver essa ideologia desenvolvimentista, que era o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). O movimento estudantil se torna muito forte. Os professores ainda não se manifestavam politicamente, com as raras e honrosas exceções daqueles que já tinham uma posição política, que atuavam nesse sentido, mas não eram corpo orgânico. O outro grande agente da luta social naquele tempo era o movimento sindical, seja na forma institucionalizada pela ditadura do Vargas (o sindicato único, com estatuto padrão único), seja aqueles movimentos mais ligados à Igreja Católica. No final desse período também surge um movimento rural, que eram as famosas Ligas Camponesas. A legislação trabalhista, a legislação social, não atingiu o campo, e esse é o caldo de cultura que vai levar ao golpe de 1964. Objetivamente nós nos defrontamos com o fim do que se chamou de “modelo de substituição das importações”. A agudização da luta social toma a universidade de uma maneira muito tensa, os movimentos estudantis nesse momento capitalizam a luta pela democratização da universidade. Enfim, as diversas formas de resistência dos sindicatos, saindo da órbita do Ministério do Trabalho, o movimento das Ligas Camponesas. Quando em 1964 a universidade é reprimida, há uma série de cassações de professores universitários. E essa onda de cassações teve uma contrapartida que foi a seguinte: o conjunto de pessoas que ainda não aparecia socialmente como grandes intelectuais na universidade se divide em duas partes: uma que mantém a luta como uma forma de resistência e outra que adere formalmente ao regime. A luta em defesa da escola pública é muito anterior a isso, é dos anos 30, primeiro com o Manifesto dos Educadores, depois com o movimento capitaneado inclusive pelo Florestan Fernandes, entre outros, no sentido de estabelecer uma modifica-

ção da Lei de Diretrizes e Bases, que foi modificada pelo então deputado Carlos Lacerda. E a universidade está vivendo intensamente essa luta. Nesse momento, a universidade pública correspondia a 75% do alunado, enquanto que a universidade particular era basicamente 25% do alunado. O governo evidentemente era responsável pelo financiamento, mas o controle era exercido através dos governos estaduais e membros dos órgãos de segurança. A partir de 1964, se estabelece com mais força uma coisa chamada ASI (Assessoria de Segurança Interna). A partir de 1964, as pessoas que vão dar aula na universidade têm que ter o atestado ideológico, têm que comprovar que não são comunistas; comunista era “incompatível com a democracia” e, portanto, não podia dar aula na universidade, senão iria “corromper a juventude”.

**Fronteiras:** *A partir de 1964, houve alguma perda de Autonomia conquistada pelo movimento, que pudesse estar presente na universidade?*

**Edmundo:** A Autonomia Universitária era um preceito legal, mas não tinha base constitucional; era muito mais uma declaração do que uma realidade. Naquele tempo, não havia formalmente a autonomia; ela era uma bandeira de agitação política, mas não estava cristalizada. E em 1964, evidentemente, se perdeu tudo. A repressão dos órgãos de segurança foi brutal. De 1964 a 1968, para além das lutas de organização e da resistência interna, ainda, basicamente, com os estudantes, o que aconteceu de importante? Aconteceu de importante que, progressivamente, o governo foi fechando a possibilidade de expansão da rede pública, ou seja, de abertura de novos cursos e, ao mesmo tempo em que não abria novos cursos, aumentava-se o arrocho salarial e começava a se incentivar o que eu chamo de uma “burguesia universitária”, ou seja, um empresariamento particular privado da universidade. Nesse sentido, a universidade privada começa a se expandir e adquire uma série de benefícios, como a isenção dos encargos sociais (que agora está sendo rediscutida), uma série de tributos que deixam de pagar, crédito educativo, enfim, começa-se a reverter a predominância histórica da maioria das universidades públicas sobre a universidade privada. Em 1968, acoplada à política da ditadura, tipo “Brasil: grande potência”, é estabelecida uma reforma universitária, com uma lei de magistério superior onde se começa formalmente a dar um grande peso à pesquisa e à pós-graduação. Os militares tinham uma clara política de Estado Nacional (ainda que dependente dos Estados Unidos, ainda que da área de influência dos Estados Unidos na Guerra Fria); eles tinham a idéia de que se poderia, no mínimo, criar uma espécie de “sub-imperialismo” na América Latina e, ao mesmo tempo, criar uma espécie de potência tipo média. Eles falavam “grande potência”, depois foram reduzindo suas expectativas. Em 1968, então, isso é colocado, e isso traz uma novidade interessante: a partir daí, a área de ciências humanas começa também a ter apoio. Com

a implantação da pós-graduação, os professores universitários tinham que ter mestrado, tinham que ter doutorado. Isto, que era mais ou menos o já estabelecido nas universidades paulistas, passava agora a valer nacionalmente. E, evidentemente, isso, na área de ciências humanas, foi de extrema importância. Se vocês fizerem um balanço do que se conhece sobre a questão agrária hoje e compararem com o que se conhecia em 1964, se compararem o que se conhece hoje sobre movimento operário com o que se conhecia antes e o que se conhece hoje sobre universidade com o que se conhecia antes, vão notar que há uma diferença brutal. Eu costumo dizer que a derrota ensina muito. Não é que eu goste de perder, eu gosto de ganhar, mas, às vezes, a derrota ensina mais que a vitória. Porque, de alguma maneira, nós entendemos coletivamente porque perdemos. Ainda que não fosse uma pergunta consciente, quando o sujeito começa a reexaminar as teses do feudalismo no campo brasileiro e começa a descobrir que não tinha droga nenhuma de feudalismo, e começa a discutir a estrutura do Estado brasileiro, e começa a descobrir que falar em Estado patrimonialista tudo muito bem, mas era um Estado capitalista. Então, esse troço foi acontecendo e, paralelamente a esse processo de desenvolvimento na área de pesquisa, na área de titulação, foi ocorrendo um fato muito curioso, desesperador no plano individual, mas, historicamente, muito forte, que espelha uma tendência até hoje existente, que é a tendência à proletarianização do professor universitário. Ou seja, o professor universitário era um membro da elite, e, de repente, era um cara que ganhava uma merreca. Então, esse processo de proletarianização do professorado vai levando, progressivamente, a que se desperte nele uma tentativa de lutar por melhores condições salariais. Então, confluem em relação ao professorado três grandes linhas que, eu acho, são relevantes: a primeira era uma linha geral, a democratização do país; a segunda era uma linha de desenvolvimento das condições de trabalho e qualificação; e, a partir daí, a idéia da democratização da universidade, fazendo junção da democratização mais geral do país, agora vista sob outro ponto de vista, com a defesa dos salários. A experiência do que hoje se chama Sindicato Nacional dos Docentes em Estabelecimentos de Ensino Superior, conhecido pela sigla ANDES – Sindicato Nacional, é a experiência da junção desses três elementos. Na SBPC, de São Paulo, foi colocado um cartaz: que aqueles que estão interessados em desenvolver as associações docentes, por favor se reunissem em sala tal. E a pergunta era a seguinte: como fazer para resistir, enquanto professores, ao arbítrio? Tinha havido o assassinato de dois grandes nomes – eles, individualmente, não eram grandes, mas se tornaram grandes como símbolo da violência exercida pela repressão – Vladimir Herzog, que era militante do Partido Comunista Brasileiro, jornalista que era responsável pelo jornal da TV Cultura de São Paulo; e o Manoel Fiel Filho, que era militante e operário da Igreja. A morte desses dois companheiros de luta apressou a definição de que a democratização do país passava pela necessidade de uma organização específica dos trabalha-

dores do Ensino Superior. Um ano e pouco antes disso, a UNE se constituía enquanto movimento nacional, em um congresso universitário, e começava a surgir timidamente um processo de transformação das associações de técnicos administrativos, que começavam a deixar de serem “clubes recreativos” e também a se expressarem sindicalmente. Isso significava uma modificação. Veja só, a universidade foi palco de vários movimentos: primeiro, um movimento de profunda transformação institucional, que era a consolidação do modelo dos departamentos. O catedrático não desaparece da noite para o dia, a cultura autoritária e reacionária da universidade do interior permanece, mas, ao mesmo tempo, pela qualificação e pelo trabalho desenvolvido começa-se a quebrar essa estrutura e começa-se a ter uma carreira em esboço, em projetos, e a universidade vai começar a viver todas as tensões inerentes à questão de que 1968 e 1969 já começavam a marcar uma inflexão da ditadura. Bom, a universidade, então, vai ficar mais ou menos amortecida, mas há uma coisa que é extremamente importante lembrar: que em 1968 há um movimento dos estudantes, chamado “movimento dos excedentes”. Antigamente o vestibular era classificatório. Tinha uma nota mínima, e então você podia passar, podia ter 70 vagas, e tiravam a nota mínima 90 pessoas. Então 20, embora classificados, iriam ficar fora...

**Fronteiras:** *A sociedade, naquele momento, defendia a escola pública?*

**Edmundo:** A sociedade estava amortecida. A sociedade, nessa época, ainda estava respirando profundamente a questão da ditadura.

**Fronteiras:** *A universidade é a representação da sociedade?*

*Ela reflete o que está colocado na sociedade, ou ela é um corpo que está distante da sociedade, que projeta luz para que os agentes da sociedade possam atuar na transformação?*

**Edmundo:** Naquela época? A universidade estava longe da sociedade, não representava a sociedade, sem dúvida alguma. Mas não tão separada assim; ela refletia algumas possibilidades conscritas na conjuntura. Mas ela atuou como elemento de catalização. É possível lembrar que, nesse momento, o movimento sindical estava inteiramente controlado. Mas eu queria voltar à questão da autonomia. Ela não estava colocada como bandeira de luta pelo movimento, a não ser por um breve período entre 1960 e 1964, e depois desaparece. Com a retomada do movimento estudantil e com o aparecimento do movimento dos professores, mais tarde essa história retoma. Acontece que de 1964 até setenta e pouco, toda a sociedade brasileira foi imensamente privatizada. Se destruiu o Sistema de Saúde Pública, se destruiu a Escola Pública, etc. Você tem a destruição cons-

ciente, embora formalmente se mantenha ainda a estrutura da Escola Pública, através de arrocho salarial, através da perseguição política, através da eliminação física, quando não apenas da cassação. Então você retira um certo tipo de vanguarda, e você vai empobrecendo a escola pública, e vai permitindo a expansão da escola privada. Tem dois tipos de escola privada: a da elite, que continua formando seus quadros; e a escola privada dos pobres. Naquele tempo ainda dava para ser pobre e pagar escola privada. Toda a década de 60 foi uma década de destruição consciente disso para o estabelecimento de alguma coisa que hoje nos chama muito a atenção, declamada em prosas e em versos, que é a generalização da idéia do mercado. O Estado se retirava ostensivamente disso, principalmente, em relação à educação, em que a idéia deixa de ser criar socialmente pessoas com capacidade de interpretação da vida real. Acho que esse é o movimento, porque a escola pública surge com a pretensão de “formar o cidadão”. Que, aliás, é um mito de toda a burguesia latino-americana do século passado. Até os anos 70 deste século, esses traços são muito fortes; a escola pública se baseava na idéia da formação do homem e da mulher integral, com capacidade de raciocinar, etc. Isso, estou falando em grandes centros, no interior, até hoje, há prefeituras que pagam menos de um salário mínimo ao professor e, evidentemente, mantêm uma educação absolutamente complicada. Então, a universidade vai tendo essa possibilidade, porque ela tem uma característica diferente. Apesar de ela ser muito vigiada, apesar de ela ser muito controlada, o trabalho universitário ainda é um trabalho relativamente livre, é um trabalho entre você e o seu aluno, salvo num momento mais duro em que tinha um espião em cada sala. Eu dei muita aula com espiões. Eu lembro de uma vez em que, dando aula, um carinha que eu sabia que estava no esquema de luta armada, só que ainda não tinha passado para a clandestinidade, fazia as perguntas mais malucas. E eu, a partir de um subterfúgio, usando a explicação da teoria da ação social do Weber, mostrei que tinha um cara que era da Escola Naval na sala. Eu usei a técnica de passar um aviso a ele: eu perguntei ao cara, indiretamente, se não é verdade que o comandante do navio, por ser tecnicamente o maior conhecedor da situação, não deveria ser o último a se retirar e comandar a evacuação do navio. Aí os alunos olharam para minha cara e descobriram que tinha alguém ali. Mas a gente conviveu, eu dava aula de Marx convivendo com essas coisas. A partir dos anos 70, você vai ter essa proletarização dos professores, e os estudantes que chegam à universidade também não são mais os mesmos, eu acho que a partir de 1964, você tem progressivamente um predomínio de alunos que já vinham da escola privada. E esses movimentos vão levando a que você tenha duas grandes questões da escola pública: o movimento da Escola Pública como um todo, do qual não necessariamente a universidade participou (só muito recentemente ela está participando dessa luta) e o movimento em defesa da universidade pública.

**Fronteiras:** *Da criação dos cursos de pós-graduação a partir da década de 60, principalmente na área das Ciências Humanas, há alguma influência com relação a esse movimento que você está apontando? O que isso influencia em termos de geração de verbas, de novas pesquisas?*

**Edmundo:** Em termos de verbas, a gente pega sempre o que sobrou. No início do movimento das associações de docentes, eles tinham uma presença muito maior de pessoal da área de ciências humanas do que hoje. Parece ser estranho, mas talvez a área onde as ilusões do pensamento único são maiores, onde “acabou a história”, são muito maiores é na área das ciências humanas que nas outras áreas, o que teoricamente pode parecer um absurdo. Mas não é. É a lógica. Então, a partir da década de 80, nós temos a junção do movimento dos docentes, do movimento estudantil, progressivamente, o movimento dos trabalhadores técnico-administrativos se emancipa das reitorias, é a década de luta pela reforma universitária, é a década de luta contra o esquema geral de privatização das universidades. Há alguns grandes momentos dessa história que valeria a pena a gente centralizar. Um deles foi a criação do GERES (Grupo Especial para Reforma do Ensino Superior). O governo pretendia a transformação da universidade, para que deixasse de ser um órgão ligado ao governo para ser uma entidade separada, apontava para universidade de excelência, apontava para a privatização da universidade, e esses movimentos foram sendo combatidos pelos movimentos da universidade, e essa tendência do governo foi sendo combatida. Outro momento particular de grande resistência das universidades federais foi quando o governo instituiu a GRIPE – Gratificação... não me lembro a tradução formal, mas era uma gratificação a quem desse uma horinha de aula, e, com isso, se criava dois tipos de professores, os que davam aulas e os demais. Então, é um conjunto de lutas que vêm se desenvolvendo na década passada, que são as lutas em defesa da universidade. Houve uma outra luta muito importante que foi contra a tentativa de transformar todas as universidades autárquicas em universidades fundacionais. Por que universidades fundacionais? Por que aí o controle era exercido pelo conselho diretor, acima do conselho universitário. A Universidade de São Paulo, por exemplo, chegou a ter um conselho diretor que era todo composto pelas nulidades locais, ou melhor, pelas “autoridades” locais: o “representante da indústria”, o “representante do comércio”. Eles que ordenariam, que dariam sentido à universidade. Até muito recentemente, a questão da autonomia não estava colocada claramente, ela começa a ser colocada, com mais vigor, a partir do momento em que ela se transforma em preceito constitucional, no artigo 207. O artigo 207 é auto-aplicável, ou seja, juridicamente ele não necessita de regulamentação.

**Fronteiras:** *A preocupação de ligar a universidade não ao conjunto da sociedade, mas àqueles setores que sofrem particularmente com o capitalismo, sempre foi uma estratégia fundamental de preservação da universidade pública, enquanto educação para essa própria classe trabalhadora, do movimento estudantil, do movimento docente. Numa conjuntura dessas, em que a universidade estava distante da sociedade, quem na realidade procurou estreitar esses laços não foi a ANDES? Quando nasceu, eu imagino que a Associação Nacional dos Docentes tinha inclusive as mesmas perspectivas que a CUT no seu início, de compor um movimento mais amplo que buscasse estabelecer espaço para o debate e para a constituição dessa sociedade civil que, há pouco você disse, estava meio amortecida. Então, eu gostaria que, através de sua experiência nas universidades públicas, você procurasse recuperar esse período.*

**Edmundo:** Desde o início da constituição do movimento docente a nível nacional, com a criação da então Associação Nacional, estava absolutamente claro para nós que era absolutamente necessário sair do gueto da universidade para fazer a luta social como um todo. No início da ANDES como Associação Nacional, havia dois grupos, chamados “pretos” e “azuis”, de acordo com a cor da tinta do mimeógrafo que imprimiu sua Carta-Programa. Os “azuis” defendiam a tese de que, efetivamente, não havia possibilidade da universidade travar essa luta se ela não estivesse em um contexto mais amplo. E os “pretos” defendiam a tese de que a ANDES deveria ser uma associação muito mais voltada para o aprofundamento das questões da categoria. Os “azuis” eram “sindicalistas” e os “pretos” eram os “competentes”. Essa divisão é uma divisão que está marcada desde o início; até hoje, eu tenho orgulho de ter sido “sindicalista” sempre. O que não quer dizer que eu tenha sido coordenador de mestrado, tenha participado da coordenação do doutorado, feito a tese e tal. Então esse é um debate muito rico. Foi a ANDES que produziu o primeiro documento político contra o Plano Cruzado. O Plano Cruzado foi editado e no dia seguinte a gente fez uma reunião de emergência e elaborou o documento. Nós fizemos isso seguidamente, nós tivemos um peso interessante na formação da CUT, embora não apareça isso na história da CUT. Nós estivemos em todas as atividades preparatórias da formação da CUT. Nós tentávamos dizer para o conjunto dos trabalhadores que tinha uma questão, que era a escola pública, porque a questão da saúde era mais fácil visualizar. A questão da escola era mais difícil. A saúde não é uma coisa mais divulgada; a questão agrária é uma coisa mais divulgada. Então, desde o início, o movimento docente teve esse embate ideológico em seu interior: vamos defender a categoria dos professores ou vamos nos articular como um movimento social mais amplo? Bom, nesse sentido, essa luta está marcada o tempo todo. Dentro dessa luta nós tínhamos que nos defrontar com a questão de que os militares tinham uma posição de atrelamento à política dos Estados Unidos. Nós es-

távamos atravessando um momento cheio de contradições, em que o Estado, apesar de ser um Estado Liberal, era um Estado que fazia muito mais do que os liberais gostariam que ele fizesse, criando as condições para o capitalismo existir. Quando se fazia pesquisa em termos de física, não era só a universidade que estava em questão, era como esse sujeito era aproveitado pelas indústrias. Qualquer tipo de questão estava diretamente vinculada aos interesses da indústria, e o Estado assumia a função de “gerente das necessidades” e “articulador das soluções”. O que há de diferente entre isso e hoje é basicamente o seguinte: nesse processo, como um todo, tem duas crises de que é importante falar: a crise do capitalismo dos anos 70, que é crise permanente; e a crise do modelo dito socialista. Com a crise do modelo dito socialista ocorre o seguinte fato: uma boa parte da esquerda, cuja formação teórica e ideológica era um pouco mais que panfletária, capitula. A resposta que se dá à crise do capitalismo passa por duas coisas: primeiro, por uma necessidade de redimensionar o peso do trabalho, ou seja, desregular, ou seja, precarizar, ou seja, retirar do âmbito constitucional, tirá-lo do campo legal. Há uma proposta de empresários uruguaios que diz que a melhor lei trabalhista é a não existência da lei trabalhista. Falam com a sinceridade do poder. Por outro lado, é fazer com que Estado deixasse de fazer tudo aquilo que vinha fazendo. E, uma coisa curiosa, para responder à crise dos anos 30, o Estado assumiu uma série de questões, como saúde, educação, etc. O Estado criava as condições de reprodução das forças de trabalho, o que normalmente seria tarefa da própria burguesia. O Estado fez isso, só que o Estado, fazendo isso, e os trabalhadores conseguindo definir uma ordem trabalhista mais forte, com salários mais elevados, com direitos sociais garantidos, o que ocorre? Para os neoliberais, o preço do trabalho estaria sobre-valorizado. Então é o seguinte: quebrar o preço do trabalho e, ao mesmo tempo, fazer ver que todas aquelas atividades que o Estado vinha desenvolvendo para reproduzir a força do trabalho foram feitas privadamente. Então é necessário quebrar a Previdência Social, que é um campo absolutamente fabuloso. O dinheiro que é gerado no Chile pela seguridade privada é quase tão grande quanto o orçamento do Estado chileno. É uma brutalidade. A escola também tem que ser mercantilizada, então o governo, ao invés de financiar a escola pública, dava dinheiro aos pais para que eles pusessem os filhos na escola que achassem melhor, o “direito do consumidor”, a “liberdade de consumo”. Então o que acontece? O professor não vai reprovar ninguém, pois, se ele reprovar, os pais tiram o filho da escola e a escola desaparece. E por aí vai...

Então, todas as relações sociais chegaram a sua forma máxima de mercantilização. Para isso, é necessário modificar a forma do Estado. É necessário fazer com que, não só o Estado abandone as funções “empresariais” como, por outro lado, o Estado se restrinja àquelas funções técnicas que deveriam ser feitas por um Estado liberal. Isso não quer dizer que ele deixa de financiar o setor finan-

ceiro, como nós estamos vendo, mas, aparentemente, ele não iria fazer mais isso. Por outro lado, há uma profunda alteração do chamado equilíbrio dos poderes. Quer dizer, se estabelece a chamada ditadura das medidas provisórias. Isso é comum nos Estados da América Latina. O Fernandinho emite três medidas provisórias por dia, já chegou a mais de três mil. Com isso, se dissolve a função histórica do Parlamento; também atrela-se a Magistratura. Tem uma coisa fantástica chamada “Ação Declaratória de Inconstitucionalidade”. Por exemplo, os aposentados são descontados em 25%, e aí um juiz assina uma liminar. Aí o Presidente da República pede uma “Ação Declaratória de Inconstitucionalidade” ao Supremo, e se o Supremo der, morreu. Quer dizer, não tem mais Magistratura de 1ª e 2ª instância, é só Magistratura de 3ª instância, toda nomeada pelo governo.

No plano da educação, se colocam duas questões que são fundamentais: a primeira é a despolitização geral da educação, e esse é um movimento absolutamente claro. E, por outro lado, começa-se a aplicar também à educação o planejamento do Banco Mundial. É importante ler o documento do Banco Mundial para a educação superior. Chama-se *“A Experiência do Ensino Superior”*. A técnica é o seguinte: se nós somos um país que não tem como competir em termos de produção de tecnologia, nós não precisamos de universidade. Então, por um lado, nós vamos passar a aplicar a tecnologia externa e por isso a universidade precisa formar elementos de nível médio, dar cursos seqüenciais, Instituto Superior da Educação, etc. A Lei de Diretrizes e Bases foi montada no sentido do Banco Mundial. Isso aí não é esquerdismo, está mais que documentado. Aliás, o Paulo Renato foi ativo militante do Banco Mundial. A LDB vai reconstruindo, ela vai redesenhando a universidade, e ela vai pegando projetos anteriores, PRONEFE, Laboratórios Associados, etc. Mas tem um problema: a universidade é autônoma, então, é preciso quebrar a autonomia da universidade. Por que é preciso quebrar a autonomia da universidade? Porque se ela é autônoma, pegando o Sistema Federal de Ensino, que, aliás, não está definido ainda hoje, mas é uma prática, a universidade tem uma estrutura de carreira, tinha os chamados “currículos mínimos”, ou seja, você tem uma série de elementos que dão uma estrutura nacional, vertical, e que permitia, inclusive, a possibilidade de você transitar nessa rede. Qual é o projeto? O projeto, fundamentalmente, é acabar com a autonomia, fazer com que se estabeleça o chamado “orçamento global” – vocês no Paraná têm outro nomezinho, que é o “termo de autonomia”, mas que, no fundamental, é isso. Então, o que o governo faz é o seguinte: dá uma parte dos recursos, no caso do governo federal, na média dos três últimos anos. Supondo que seja executado, o que acontece? Isso vai estabelecer no interior das universidades vários padrões, quer dizer, a universidade de excelência e as outras universidades. Dentro da universidade de excelência vão ter os centros de excelência e os outros centros. Dentro do centro de excelência vai ter os departamentos de excelência e os outros departamentos. Ou seja, você vai “quebrando” a universidade por dentro.

Você pode criar também carreiras diferentes, você pode permitir, portanto, níveis salariais diferentes, na forma que foi estabelecido em cada universidade. O próprio “termo de autonomia” de vocês tem isso aí. Então, por exemplo, se a Universidade de Minas Gerais puder pagar dez mil ao professor do Rio Grande do Sul ou de Campina Grande que interessa a ela, ela vai pagar dez mil. E aí, aonde vai esse professor? Além disso, como você tem o orçamento global, você tem outra questão que é fundamental, que é a mudança do mecanismo de poder dentro da universidade, através de uma lei que é infra-constitucional e regulada também por ela, que é a composição dos órgãos superiores, os 70/15/15 (*percentual de participação de docentes, discentes e técnico-administrativos, nos órgãos de representação e nas “consultas eleitorais”*). Com o “orçamento global” na mão, com uma estrutura habituada à obediência, com o controle total do orçamento e com essa estrutura de poder, só falta reinventar a escravidão. Então, o chamado processo de “autonomia” da universidade não é um processo da autonomia da universidade, mas acaba sendo um processo de autonomia de reitores, por um lado, e, por outro, o governo se desobriga. Portanto o processo é de transformação da universidade em organizações sociais. E aí, evidentemente, cada um vai tentar sobreviver na medida do possível.

**Fronteiras:** *Qual a sua avaliação da mobilização da ANDES no ano passado, da greve das federais, em relação ao enfrentamento das medidas da reforma da educação do MEC?*

**Edmundo:** Antes eu quero lembrar que o governo está promovendo a desregulamentação dos cursos técnicos, a reforma do ensino técnico. É a destruição de uma figura muito interessante que existe no Brasil, que são os CEFETS. Os CEFETS, as escolas técnicas e as outras escolas que estavam colocadas aí dentro, deixam de ser membros do MEC e passam para a Secretaria do Ensino Médio e Técnico. Então, veja, todo o processo é de desorganização do modelo atual de universidade. Face a isso, no ano passado nós fizemos, respondendo basicamente à questão salarial, mas não só à questão salarial, nós fizemos uma greve extremamente importante. Acho que foi a greve mais importante em termos de movimento dos docentes dessa década. E é preciso lembrar que essa greve tem uma outra circunstância que é importante marcar. Fora a dos petroleiros, foi a única greve de categoria em nível nacional contra o governo Fernando Henrique Cardoso. A universidade, apesar de estar isolada, ela contou com um grande apoio popular, dentro do possível. A imprensa praticamente não deu notícias da greve. Mesmo assim, ela conseguiu atingir um nível de divulgação bastante bom, enquanto os petroleiros ficaram isolados. Mesmo a Central Única dos Trabalhadores não apoiou a greve dos petroleiros como deveria. Na universidade, a greve começou relativamente forte, posteriormente a FASUBRA também apoiou a gre-

ve, e, em muitos lugares, o movimento estudantil também apoiou a greve. Ela era uma greve extremamente forte, que batia de frente com a impossibilidade de negociar. O Paulo Renato dizia que não ia negociar, que ia cortar ponto, etc. Não conseguiu contar o ponto, até porque a universidade é autônoma e ele não poderia, porque é apropriação indébita de dinheiro que não é do governo, que apenas está na mão do governo. E nós tivemos um momento particularmente grave, que foi a greve de fome dos professores. Nesse momento o governo estava extremamente acuado, o governo estava na absoluta defensiva, e aí o candidato da oposição ao ANDES, que se elegeu depois presidente do Sindicato, foi lá e negociou com Antônio Carlos Magalhães em torno de 10%, a GED, que é a “Gratificação de Estímulo aos Docentes”. O pessoal da Fluminense tem uma frase muito interessante: “10% eu dou de gorjeta para o garçom”. Não resolvia nada e a forma da GED estabeleceu um mecanismo de avaliação perverso da universidade. Não só um molde produtivista, mas um molde produtivista extremamente grosseiro, permitido às falcatruas mais asquerosas.

**Fronteiras:** *E concorrencial, pois não sobrou aula para todo mundo.*

**Edmundo:** Ah, não tinha! Tinha um número de pontos que a universidade podia distribuir. O resto é resto. Agora é assim: quem é reitor, quem é chefe de departamento, tem pontuação máxima, embora “estímulo à docência”. O pessoal que está fazendo pós-graduação, se estiver fora da universidade, tem também gratificação integral. Em todo caso é absolutamente ridículo. Com isso, e com o provão, que é outra manobra extremamente capciosa, é que se faz a chamada “avaliação da universidade”. Na cidade de Ji-Paraná, por exemplo, tinha um curso vinculado à universidade em que os alunos de matemática fizeram uma avaliação e tiraram a mesma nota da USP e da UNICAMP. O detalhe é que não tem nenhum professor de matemática lá. Os alunos devem ser absolutamente geniais. Então vejam: essas medidas são medidas administrativas para poder fazer o “ranqueamento” das universidades, para estabelecer salários diferenciais. Tem gente que ganha GED, que não ganha GED, enfim, além da estrutura de desigualdade existente, se criou outra. E, com isso, se força a quebra do movimento. Talvez tivesse sido um momento extremamente importante, pois se discutiu muita coisa sobre a reforma da universidade, a questão da autonomia. Agora, de todo modo, se você pegar as teses do Banco Mundial e as implementações, tanto no nível da escola básico-fundamental quanto no da universidade, você vê que este programa está sendo implementado ponto a ponto. O que significa isso em termos de universidade? Significa a descaracterização da universidade. A institucionalização da chamada universidade reprodutora. Enfim, a autonomia universitária em última instância leva também a uma outra circunstância muito curiosa e muito interessante: se cada universidade tiver sua carreira e seu nível salarial,

estão criadas as condições da destruição do Sindicato Nacional. Outra questão é que, no processo de autonomia das universidades, progressivamente, os hospitais universitários, que são a única fonte de Saúde Pública existente nesse país que ainda tem alguma sustentação, vão se transformar em organizações sociais. Tem também a questão previdenciária. Em princípio, no Paraná, o termo de autonomia diz que o governo vai tomar conta dos aposentados, mas eu não sei qual é o texto da lei.

**Fronteiras:** *No Paraná, os aposentados das instituições estaduais farão parte do Paraná Previdência.*

**Edmundo:** Claro, claro, é isso, esse é o modelo paulista de autonomia da universidade: eles botaram todos os aposentados dentro dos gastos das universidades.

**Fronteiras:** *Eu queria entender um pouco melhor esse “orçamento global”. Porque me parece que por aí poderá haver uma ruptura entre os diretores das escolas isoladas e das universidades aqui do Paraná, porque na partilha do bolo certamente alguém vai ficar descontentado.*

**Edmundo:** Então, é o seguinte, a autonomia só vai para as universidades, as escolas isoladas dançam. Elas não têm autonomia e vão continuar centralizadas no governo do estado mais do que nunca, porque agora não tem nem a fantasia de autonomia. E mesmo entre as universidades estaduais vai haver diferença. Por exemplo, em São Paulo nós temos 9,57% de ICMS. A USP fica com 5,1 mais ou menos, a UNESP, 2,3 e a UNICAMP, 2,1, isso em termo de orçamento em relação ao estado. Em termos de orçamento interno vai haver a seguinte questão: com o orçamento global, a campanha salarial não se faz mais contra o governo do estado, agora é o seguinte, vai ter mais salário para professor ou para funcionário? Vai ter mais salário ou vai ter mais laboratório? Porque a gente defendia o seguinte: o governo se responsabiliza pelo pagamento dos trabalhadores das universidades e o orçamento vai para o chamado OCC (Órgão de Custeio Capital), aí evidentemente que não seria 9,57, mas, de qualquer jeito, seria um orçamento. Hoje, nas universidades paulistas você tem assim: a UNICAMP está gastando 97% com o pagamento do pessoal, a USP neste mês pagou mais do que recebeu, está comprometendo recursos do 13º salário. Na UNICAMP, quando o professor se aposenta ou se demite a vaga é extinta. Ou seja, é a reforma do Estado, feita pela universidade, é o enxugamento, é a morte a conta-gotas. Assim, o professor pode ser obrigado a dar quatro cursos por semestre. Então você vai ter um esvaziamento do chamado “Regime de Dedicção Exclusiva”, vai virar uma grande farsa, você vai estar aqui para dar aula e pronto. E vai procurar arranjar outro emprego,

administrar cinema, boate ou qualquer outra coisa, fazer um serviço de transporte, contrabando do Paraguai para cá (que é pertinho), você vai se virar de qualquer outro forma. Então, o que está acontecendo é, progressivamente, a destruição da nossa universidade. No Tocantins eles já chegaram a privatizar a universidade. O governo do estado transformou em Organização Social e a filha do governador Siqueira Campos ficou com a universidade, o governo deu e ela ficou só recebendo o lucro.

**Fronteiras:** *Eu gostaria de saber que formas teríamos de reagir a esse processo de desintegração da universidade através da autonomia que eles estão impondo.*

**Edmundo:** Acho que nós temos duas maneiras: a maneira mais tradicional e uma maneira um pouquinho mais avançada. Acho que tem que haver uma grande articulação entre os segmentos universitários para fazer frente a esse projeto. Isso é possível, vai demandar um esforço enorme, vai demandar uma grande articulação, tanto institucional quanto social, mas é possível fazer. Vai ter que se travar uma luta interna dentro da universidade, porque, na realidade, se nós examinarmos com cuidado, a autonomia universitária não é garantida pela universidade, em grande parte, pela omissão dos setores dirigentes da universidade. Tem a Constituição, tem a LDB, que é uma Lei Complementar e, portanto, está acima das leis normais, e diversas leis. Depois têm as portarias. No final, tem um negócio chamado “Comunica”. São atos normativos que vêm pelo computador e as pessoas obedecem, “sabem” que a máquina manda e o homem obedece. Então, quer dizer, basta a universidade não aceitar e questionar legalmente a validade disso. Nós já teríamos aí um belíssimo processo de enfrentamento. Eu tenho minhas dúvidas quanto à eficácia de uma ação puramente institucional-jurídica. Mas acho que também aí tem que ser travada a luta. A universidade tem se demitido da sua função de guardiã da autonomia universitária. A segunda coisa que eu acho fundamental nessa história toda, eu costumo usar a expressão de que se a universidade não for uma parceira apetitosa para o movimento social, não há como defendê-la. Eu acho que a universidade tem que ter um projeto para a sociedade, discutindo com o movimento social e trabalhando com eles na construção de um projeto de educação, um projeto de saúde, para a questão agrária. Existem exemplos: em Pelotas, os Sem-Terra estão acampados dentro da universidade, e os companheiros da associação dos professores de lá têm feito um trabalho junto com eles, e há vários planos – plano de educação, plano de saúde, etc. Acho que está na hora da gente dizer que, para além dos empresários, existem outros elementos que têm que ser contemplados em nome da “sociedade”. Acho que tem muita coisa a fazer com os sindicatos urbanos também, enfim, eu acho que os movimentos das associações de moradores de bairro, os movimento de Luta pela Moradia, dos Sem-Teto, dos Sem Terra, etc. Em um

primeiro momento, está na hora da gente, como movimento social – o movimento sindical da universidade é um movimento social – travar contato num primeiro momento com as direções desses movimentos, com as lideranças mais expressivas desses movimentos, e tentar, em conjunto com elas, fazer uma agenda para essa sociedade. Se nós conseguirmos fazer, nós damos um salto de qualidade no nosso papel como universidade, e, se nós formos necessários para alguma coisa para essa sociedade, vai ser mais difícil excluir a gente. Se nós ficarmos isolados, contentes com nosso próprio umbigo, arrogantes como, muitas vezes, os trabalhadores estatais são, aí, evidentemente, nós não vamos poder esperar nada deles. Esse é o nosso desafio: ou nós enxergamos essa situação com nossa ação junto com a sociedade ou então podemos esperar que um dia o governo baixe um decreto e publique no Diário Oficial e comunique a gente que a universidade acabou. Porque, se a universidade resistiu esse tempo todo, é porque, em algum momento, ela serviu a alguém. Ela já serviu aos grandes empresários, já serviu aos grandes grupos políticos. Hoje em dia, ela está atravessando um momento de crise de projeto. Ela serve a quem? Acho que, para a burguesia brasileira, ela já não serve; o Estado brasileiro está se demitindo da condição de ente articulador da nação.